



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Gláucia'.

RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2025

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	3
1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO	3
2. RECURSOS HUMANOS	3
3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO	4
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).....	4
Centro de Dia (CD)	5
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	5
Comunidade.....	5
Património	5
4. CULTO RELIGIOSO	6
5. ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS.....	6
6. COMUNICAÇÃO.....	6
7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	7
Rendimentos.....	7
Gastos	8
Ativo.....	9
Passivo	9
Fundos patrimoniais	10
Plano de Investimentos	10
Resultados do período.....	10
8. DÍVIDAS EM MORA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA SOCIAL	11
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	11
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, instituída em 1509, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, detendo o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

O presente relatório visa transparecer as atividades desenvolvidas durante o ano de 2025. É apresentado o desempenho da Instituição, como reflexo das atividades desenvolvidas no sentido do cumprimento dos seus objetivos, encontrando-se elaborado de acordo com a legislação em vigor, respeitando as especificidades do SNC-ESNL.

O Relatório de Atividades e Contas do ano 2025 reflete as receitas e despesas, rendimentos e gastos, direitos e obrigações da Instituição, decorrentes do exercício de 2025.

O ano de 2025 ficou marcado pelo aumento generalizado do custo de bens e serviços, bem como dos custos com o pessoal. Ao nível dos investimentos, a empreitada de alteração da ERPI (requalificação do antigo hospital) ficou concluída em 2025.

2. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos continuam a representar um dos pilares fundamentais ao bom funcionamento e sucesso da Instituição, cujo custo representa um peso orçamental considerável (cerca de 66%).

É importante expressar a todos os trabalhadores um agradecimento especial pelo empenho e dedicação demonstrada, pois em muito contribuem para a qualidade dos cuidados prestados aos nossos utentes.

A 31 de dezembro, o quadro de pessoal contava com 55 trabalhadores.

Ao quadro de pessoal acresce ainda:

- Uma colaboradora que se encontra na Instituição no âmbito de um programa apoiado pelo IEFP (Contrato emprego-inserção +);
- Um médico assistente, na modalidade de prestação de serviços;
- Duas enfermeiras, na modalidade de prestação de serviços;
- Os membros dos Órgãos Sociais da Instituição, todos eles voluntários.

3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

As respostas sociais desenvolvidas são direcionadas à Terceira Idade, destinadas a utentes que derivado do grau de dependência, do isolamento, das relações familiares ou da sua incapacidade, necessitem de um processo de acompanhamento.

Sendo a área social a de maior importância e relevância na Santa Casa, da qual depende quase a totalidade das receitas, só com grande entrega e dedicação dos colaboradores é possível realizar um trabalho tão gratificante e importante para os nossos utentes.

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, durante o ano de 2025, desenvolveu as suas atividades nas respostas sociais de Estrutura Residencial para pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Respostas sociais	Capacidade	Vagas em Acordo de Cooperação com o ISS	N.º médio de utentes em 2025	N.º utentes a 31/12/2025
ERPI – Centro Santa Maria da Caridade	51	51	48	51
ERPI – Centro Senhor Jesus dos Remédios	12	9	12	12
Centro de Dia	10	10	9	10
Serviço de Apoio Domiciliário	60	60	35	33

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

- **Centro Santa Maria da Caridade**

Em junho de 2025, com a conclusão da empreitada de alteração da ERPI Centro Santa Maria da Caridade, no âmbito do projeto PARES 3.0, a capacidade desta resposta social aumentou de 44 para 51 utentes, dos quais 5 ocupam vagas reservadas à Segurança Social. Todas as vagas estão cobertas por Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social.

Continua a ser garantido um conjunto de serviços, desde alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, atividades de animação sociocultural, cuidados médicos e de enfermagem, de forma a promover a satisfação das necessidades dos utentes.

- **Centro Senhor Jesus dos Remédios**

O Centro Senhor Jesus dos Remédios registou ao longo de todo o ano a ocupação da totalidade das vagas do equipamento (12 utentes). Foi celebrado Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, com efeitos a partir de março de 2025, para 9 utentes, sendo uma das vagas reservada à Segurança Social.

Centro de Dia (CD)

O Centro de Dia, acoplado à ERPI Centro Senhor Jesus dos Remédios, tem uma capacidade para 10 utentes, e teve um n.º médio de utentes a frequentar a resposta social de 9. No ano de 2025, procurou-se assegurar o acompanhamento dos utentes que por questões de isolamento ou impossibilidade dos familiares, não conseguem receber o apoio que necessitam. Todas as vagas estão cobertas por Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O SAD funciona acoplado à ERPI Centro Santa Maria da Caridade, visando a prestação de cuidados ao domicílio, para satisfação das necessidades identificadas em cada agregado familiar. Com capacidade para 60 utentes, durante o ano de 2025, registou-se um n.º médio de utentes de 35. Todas as vagas estão cobertas por Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social.

Comunidade

Ao longo do ano de 2025, deu-se continuidade aos Protocolos de Colaboração já existentes, nomeadamente:

- Com o Instituto da Segurança Social, no âmbito do programa POAPMC, onde a Instituição atua como entidade mediadora, através da entrega de bens alimentares aos destinatários;
- Com o Município de Sardoal, no âmbito da confeção e fornecimento de refeições no âmbito de ações de proteção civil.

Património

Em 2025, as 36 frações habitacionais sitas na Rua Rainha D. Leonor, em Sardoal, mantiveram-se todas ocupadas, à exceção de uma fração que necessita de intervenção.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Hann', '3/3', and '10/10']

4. CULTO RELIGIOSO

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal é uma associação com personalidade jurídica canónica, cujo fim visa também a realização de atos de culto católico.

Para a prossecução desses fins, diariamente, concretizam-se momentos de oração e reflexão espiritual junto dos utentes, nomeadamente rezar o terço, no Centro Santa Maria da Caridade e/ou Centro Senhor Jesus dos Remédios. Promove-se ainda o acompanhamento televisivo de cerimónias religiosas (celebrações eucarísticas).

De acordo com o estabelecido no artigo 12.º do Compromisso da Irmandade, no ano de 2025, realizaram-se os seguintes atos de culto divino:

- As cerimónias litúrgicas da Semana Santa;
- A Procissão do Senhor da Misericórdia, vulgo Procissão dos Fogaréus, na Quinta-Feira Santa (dia 17 de abril);
- Celebração em honra do Senhor Jesus dos Remédios, no terceiro domingo de Páscoa (dia 4 de maio);
- A Festa da Visitação de Nossa Senhora (dia 31 de maio);
- A Solenidade de Santa Maria da Caridade (dia 14 de setembro);
- Romagem ao cemitério na altura do dia dos fiéis, com colocação de flores, nas campas e jazigos dos irmãos beneméritos desta Santa Casa.

5. ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

As atividades realizadas foram devidamente programadas e planificadas, de modo a criar uma linha orientadora de desenvolvimento e de modo a alcançar os objetivos propostos para cada atividade. As atividades temáticas podem ser agrupadas em diferentes áreas: jogos tradicionais, expressão plástica, estimulação sensorial/cognitiva, oficinas da Imagem/som e da leitura/escrita, ginástica de manutenção, entre outras.

No Plano Anual de Atividades para o ano de 2025 estava prevista a realização de várias atividades festivas/temáticas, dirigidas aos utentes das diversas respostas sociais. Pelo exposto, pode-se fazer um balanço positivo e constatar que o Plano Anual de Atividades foi cumprido.

6. COMUNICAÇÃO

O impacto tecnológico nos dias que correm é cada vez maior, e a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal tem procurado acompanhar esta evolução. Atualmente, para além dos meios tradicionais (à base de documentos/papel) utilizamos o nosso site, e principalmente a rede social Facebook, como meio de informação e divulgação.

Trimestralmente, temos ainda a publicação do “Boletim Informativo” onde constam notícias/informações da Instituição, bem como, as atividades desenvolvidas nesse período.

7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Para uma análise detalhada da atividade desenvolvida no ano de 2025, apresenta-se as notas mais significativas das demonstrações financeiras, de modo a evidenciar a verdadeira situação financeira e patrimonial da Instituição.

Rendimentos

Os rendimentos aumentaram face ao ano anterior, em muito devido ao aumento da rubrica “Vendas e serviços prestados”.

Rendimentos	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	1 428 596,13 €	1 120 298,70 €	308 297,43 €
Subsídios, doações e legados à exploração	41 596,10 €	37 375,75 €	4 220,35 €
Variação nos inventários de produção	1 293,34 €	1 446,66 €	-153,32 €
Trabalhos para a própria entidade	568,01 €	2 557,37 €	-1989,36 €
Imparidade de dívidas a receber (reversão)	16 737,04 €	1 039,59 €	15 697,45 €
Outros rendimentos	109 706,25 €	150 461,93 €	-40 755,68 €
Juros e outros rendimentos similares	1,38 €	0,00 €	1,38 €
	1 598 498,25 €	1 313 180,00 €	285 318,25 €

A rubrica “Vendas e serviços prestados” apresenta uma evolução muito positiva face ao ano anterior, refletindo o efeito do aumento do número de utentes na ERPI Centro Santa Maria da Caridade (de 44 para 51), e também o efeito da revisão/celebração de Acordo de Cooperação para ambas as ERPI.

Vendas e serviços prestados	2025	2024	Variação
Terceira Idade	688 406,21 €	578 604,86 €	109 801,35 €
Quotizações	3 332,00 €	3 377,00 €	-45,00 €
Serviços secundários	43 721,72 €	38 220,44 €	5 501,28 €
Fornecimento de refeições (Protocolo CMS)	761,80 €	140,90 €	620,90 €
Comparticipações – Acordos de Cooperação	692 374,40 €	499 955,50 €	192 418,90 €
	1 428 596,13 €	1 120 298,70 €	308 297,43 €

Na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”, todas as sub-rubricas demonstram uma evolução positiva, à exceção da sub-rubrica “Autarquias”. Destacam-se positivamente as sub-rubricas “IEFP” e “Donativos”.

Subsídios, doações e legados à exploração	2025	2024	Variação
IEFP	13 769,81 €	5 630,24 €	8 139,57 €
Autarquias	400,00 €	15 000,00 €	-14 600,00 €
IFAP	1 392,74 €	1 264,08 €	128,66 €
Donativos	18 201,60 €	13 062,49 €	5 139,11 €
Consignação IRS	7 831,95 €	2 418,94 €	5 413,01 €
	41 596,10 €	37 375,75 €	4 220,35 €

A rubrica "Outros rendimentos" apresenta uma evolução negativa, desde logo pela inexistência de valor de "Alienação (mais valias)" no ano de 2025. Todas as restantes sub-rubricas demonstram uma evolução positiva.

Outros rendimentos	2025	2024	Variação
Rendimentos suplementares	6 289,10 €	3 921,82 €	2 367,28 €
Descontos de PP obtidos	1 297,35 €	1 147,04 €	150,31 €
Alienações (Mais valias)	0,00 €	58 232,95 €	-58 232,95 €
Rendas e outros rendimentos	60 220,36 €	59 872,76 €	347,60 €
Correções relativas a períodos anteriores	7 649,34 €	2 933,17 €	4 716,17 €
Imputação de subsídios ao investimento	29 476,99 €	23 872,34 €	5 604,65 €
Outros não especificados	4 773,11 €	478,85 €	4 294,26 €
	109 706,25 €	150 461,93 €	-40 755,68 €

Gastos

Ao longo do ano 2025, registou-se o aumento generalizado dos preços de bens e serviços.

Gastos	2025	2024	Variação
Custo das matérias consumidas (CMVMC)	136 281,60 €	125 574,68 €	10 706,92 €
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	270 150,86 €	240 591,46 €	29 559,40 €
Gastos com o pessoal	1 089 710,97 €	876 321,85 €	213 389,12 €
Gastos de depreciação e amortização	129 530,54 €	119 641,29 €	9 889,25 €
Perdas por imparidade	10 548,01 €	857,60 €	9 690,41 €
Juros de financiamentos	5 670,42 €	6 920,18 €	-1 249,76 €
Outros gastos	13 429,93 €	9 275,34 €	4 154,59 €
	1 655 322,33 €	1 379 182,40 €	276 139,93 €

O custo de aquisição de bens alimentares (CMVMC) sofreu um ligeiro aumento face ao ano anterior – com um acréscimo de 10 706,92 €. O principal aumento reflete-se nas rubricas "Fornecimentos e serviços externos", com um acréscimo de 29 559,40 €, e "Gastos com o pessoal", com um acréscimo de 213 389,12€.

Analisando as sub-rubricas de "fornecimentos e serviços prestados", é possível verificar que se registou um grande aumento nas rubricas "Serviços especializados", "Gás" e nas rubricas de Limpeza, higiene e conforto.

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024	Variação
Serviços especializados	78 639,97 €	68 635,56 €	10 004,41 €
Materiais (de desgaste rápido)	4 129,81 €	4 557,09 €	-427,28 €
Energia e fluidos			
Eletricidade	26 854,63 €	23 628,02 €	3 226,61 €
Combustíveis	5 846,12 €	5 626,03 €	220,09 €
Água	21 134,48 €	20 530,23 €	604,25 €

[Handwritten signature]

-

-

Em sentido contrário, registou-se um aumento na rubrica “Financiamentos obtidos” em 78 969,80 €.

Fundos patrimoniais

Os fundos patrimoniais diminuíram, de 2024 para 2025, em 82 389,68 €, para um valor total de 3 846 016,29 €.

Plano de Investimentos

- **ERPI CENTRO SANTA MARIA DA CARIDADE**

No ano de 2025, concluíram-se os trabalhos de construção civil da empreitada de alteração da ERPI. Esta alteração permitiu a criação de 7 novas vagas, passando a ERPI a dispor de 51 vagas, todas abrangidas por Acordo de Cooperação, mediante Adenda ao Acordo.

O projeto teve um custo total de **332 739,78 € + IVA (409 269,93 €)**. Aguarda-se ainda o encerramento de contas por parte do Instituto da Segurança Social (Programa PARES 3.0) para se conhecer o valor do financiamento público.

- **EDIFÍCIO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO**

Este investimento manteve-se parado por força de processo judicial.

Este facto originou a rescisão unilateral do Contrato de Financiamento, que obrigou a Instituição à restituição do valor do adiantamento (54 507,64€), acrescido de juros no valor de 12 102,19€ (a restituir em 12 prestações durante o ano 2026).

Resultados do período

Face ao ano 2025, os resultados evoluíram positivamente, apresentando todos eles uma variação positiva.

Resultados	2025	2024	Variação
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	78 375,50 €	60 559,07 €	17 816,43 €
Resultado operacional	-51 155,04 €	-59 082,22 €	7 927,18 €
Resultado líquido do período	-56 824,08 €	-66 002,40 €	9 178,32 €

Destaca-se o “Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos”, que apresenta um resultado de 78 375,50 € (positivo em setenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco euros e cinquenta cêntimos).

O “Resultado operacional” é negativo, no valor de 51 155,04 €.

O “Resultado líquido do período” é também negativo, no valor de 56 824,08 €.

Estes resultados demonstram desde logo que os gastos de depreciação/amortização do período (129 530,54 €) continuam a ter um grande impacto negativo no “Resultado operacional” e no “Resultado líquido do período”.

8. DÍVIDAS EM MORA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA SOCIAL

A 31 de dezembro de 2025, não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária ou à Segurança Social, nem a outras entidades públicas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, o nosso agradecimento aos nossos utentes e seus familiares pela sua confiança, apoio e simpatia, à Irmandade e a todas as entidades que conosco colaboram. Só esta partilha, parceria e preocupação com a Instituição, nos permite continuar a cumprir com a Missão a que nos propomos e a alcançar os objetivos propostos.

Dando cumprimento ao Compromisso da Irmandade, e de acordo com o estipulado na alínea f) do artigo 27.º, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, nos termos do exposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 22.º do referido Compromisso, submete à apreciação, discussão e aprovação da Assembleia Geral o “Relatório e Contas do ano 2025”, aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 10 de março de 2026 e o respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe aplicar o resultado líquido do exercício de 2025, no montante de -56 824,08 € (negativo em cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte e quatro euros e oito cêntimos), em resultados transitados.

Sardoal, 10 de março de 2026

A Mesa Administrativa

Manoel de Jesus Salgueiro Pinheiro
Isidro Manuel Dias Beira de novo
[Assinatura]

11.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço;
- Demonstração de resultados por naturezas;
- Demonstração de resultados por naturezas por resposta social/atividade;
- Demonstração de fluxos de caixa;
- Demonstração das alterações de fundos patrimoniais;
- Anexo.

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 457 890,48	3 527 062,68
Bens do património histórico e cultural	4	847 930,00	847 930,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	15.1	18 730,27	18 730,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 324 550,75	4 393 722,95
Activo corrente			
Inventários	8	9 827,71	8 460,78
Créditos a receber	15.3	17 895,03	22 617,41
Estado e Outros Entes Públicos	15.9	2 947,18	14 022,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	1 734,00	1 837,00
Diferimentos	15.5	12 988,43	14 898,57
Outros ativos correntes	15.4	17 549,25	23 780,74
Caixa e Depósitos Bancários	15.6	27 625,98	45 287,22
		90 567,58	130 904,60
Total do ativo		4 415 118,33	4 524 627,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		225 937,34	225 937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32 959,68	32 959,68
Resultados transitados		-480 653,00	-455 621,66
Excedentes de revalorização		2 155 367,12	2 196 497,28
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 969 229,23	1 994 635,73
	15.7	3 902 840,37	3 994 408,37
Resultado líquido do período		-56 824,08	-66 002,40
Total dos fundos patrimoniais		3 846 016,29	3 928 405,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	105 448,73	52 528,92
Outros dívidas a pagar		0,00	0,00
		105 448,73	52 528,92
Passivo corrente			
Fornecedores	15.8	86 093,70	85 310,39
Estado e Outros Entes Públicos	15.9	39 938,88	33 218,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6 e 7	109 141,31	88 091,32
Diferimentos	15.5	21 058,67	32 400,20
Outros Passivos Correntes	15.10	207 420,75	304 671,93
		463 653,31	543 692,66
Total do passivo		569 102,04	596 221,58
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 415 118,33	4 524 627,55

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

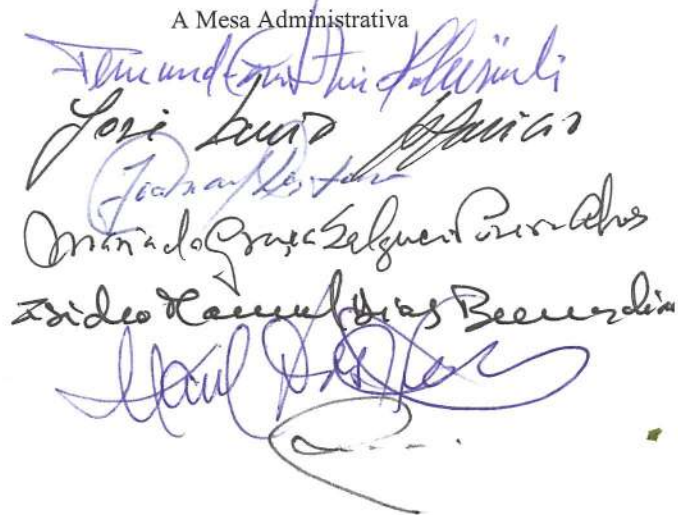
Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	9	1 428 596,13	1 120 298,70
Subsídios, doações e legados à exploração	10 e 15.12	41 596,10	37 375,75
Variação nos inventários da produção	8	1 293,34	1 446,66
Trabalhos para a própria entidade	15.11	568,01	2 557,37
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-136 281,60	-125 574,68
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-270 150,86	-240 591,46
Gastos com o pessoal	13	-1 089 710,97	-876 321,85
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.3	6 189,03	181,99
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	15.14	109 706,25	150 461,93
Outros gastos	15.15	-13 429,93	-9 275,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		78 375,50	60 559,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-129 530,54	-119 641,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-51 155,04	-59 082,22
Juros e rendimentos similares obtidos		1,38	0,00
Juros de financiamentos obtidos	15.16	-5 670,42	-6 920,18
Resultados antes de impostos		-56 824,08	-66 002,40
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-56 824,08	-66 002,40

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

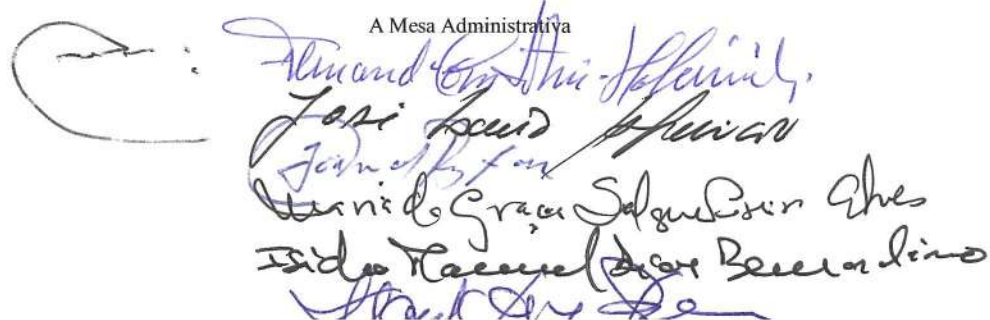


RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	RESPOSTAS SOCIAIS / ATIVIDADES									
		ERPI Centro Santa Maria da Caridade	ERPI Centro Senhor Jesus dos Remédios	CENTRO DIA	APOIO DOMICILIÁRIO	EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	PATRIMÔNIO	PROTOCOLO MUNICÍPIO/SCMS	BOLETIM INFORMATIVO SCMS	POAPMC	TOTAL
Vendas e serviços prestados		917 532,34	210 239,65	45 903,73	250 826,61	0,00	3 332,00	761,80	0,00	0,00	1 428 596,13
Subsídios, doações e legados à exploração		8 985,42	1 644,41	942,23	2 107,36	1 392,74	26 523,94	0,00	0,00	0,00	41 596,10
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00	1 293,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1 293,34
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00	568,01	0,00	0,00	0,00	0,00	568,01
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-74 935,14	-18 175,48	-11 411,04	-31 519,29	-37,65	0,00	-203,00	0,00	0,00	-136 281,60
Fornecimentos e serviços externos		-182 814,29	-32 456,64	-13 348,69	-26 328,07	-397,12	-13 179,56	-24,95	-1 601,54	0,00	-270 150,86
Gastos com o pessoal		-684 687,21	-156 831,84	-41 094,76	-197 308,76	0,00	-9 699,03	-89,37	0,00	0,00	-1 089 710,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 940,00	0,00	7 917,21	0,00	0,00	1 211,82	0,00	0,00	0,00	6 189,03
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos		6 640,33	783,41	5 041,13	10 604,60	91,33	84 006,14	0,00	0,00	2 539,31	109 706,25
Outros gastos		-30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13 297,93	0,00	-102,00	0,00	-13 429,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12 248,55	5 203,51	-6 050,19	8 382,45	2 910,65	78 897,38	444,48	-1 703,54	2 539,31	78 375,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-6 917,09	-1 863,80	-169,67	-370,74	0,00	-120 209,24	0,00	0,00	0,00	-129 530,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-19 165,64	3 339,71	-6 219,86	8 011,71	2 910,65	-41 311,86	444,48	-1 703,54	2 539,31	-51 155,04
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,38	0,00	0,00	0,00	1,38
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 670,42	0,00	0,00	0,00	-5 670,42
Resultados antes de impostos		-19 165,64	3 339,71	-6 219,86	8 011,71	2 910,65	-46 980,90	444,48	-1 703,54	2 539,31	-56 824,08
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-19 165,64	3 339,71	-6 219,86	8 011,71	2 910,65	-46 980,90	444,48	-1 703,54	2 539,31	-56 824,08

O Contabilista Certificado

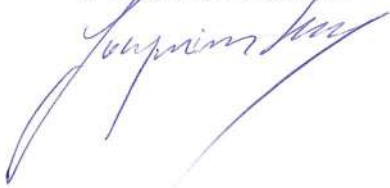


A Mesa Administrativa

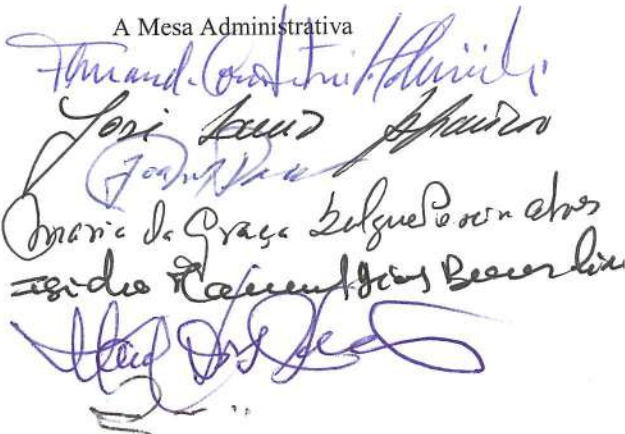


RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		807 946,56	699 778,97
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-471 143,00	-397 836,29
Pagamentos ao pessoal		-698 970,65	-564 879,04
Caixa gerada pelas operações		-362 167,09	-262 936,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		388 751,95	324 595,94
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		26 584,86	61 659,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-122 976,12	-314 204,41
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	192 851,80
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		13 250,00	164 510,99
Juros e rendimentos similares		1,38	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-109 724,74	43 158,38
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		130 000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-59 036,22	-59 463,08
Juros e gastos similares		-5 485,14	-7 538,37
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		65 478,64	-67 001,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-17 661,24	37 816,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.6	45 287,22	7 470,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.6	27 625,98	45 287,22

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



RÚBRICAS	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesse minoritários	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	225 937,34	0,00	32 959,68	-455 621,66	2 196 497,28	1 994 635,73	-66 002,40	3 928 405,97	0,00	3 928 405,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00		
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00		
Realização de excedentes de revalorização					41 130,16	-41 130,16			0,00		
Excedentes de revalorização									0,00		
Ajustamento por impostos diferidos									0,00		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0,00		
Aplicação do resultado líquido					-66 002,40			66 002,40	0,00		
Outras alterações					-159,10		-25 406,50		-25 565,60		
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	-25 031,34	-41 130,16	-25 406,50	66 002,40	-25 565,60		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-56 824,08	-56 824,08		-56 824,08
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3							9 178,32	-82 389,68		-82 389,68
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									0,00		
Subsídios, doações e legados									0,00		
Distribuições									0,00		
Outras operações									0,00		
Sub-total	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	1 + 2 + 3 + 5	225 937,34	0,00	32 959,68	-480 653,00	2 155 367,12	1 969 229,23	-56 824,08	3 846 016,29	0,00	3 846 016,29

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

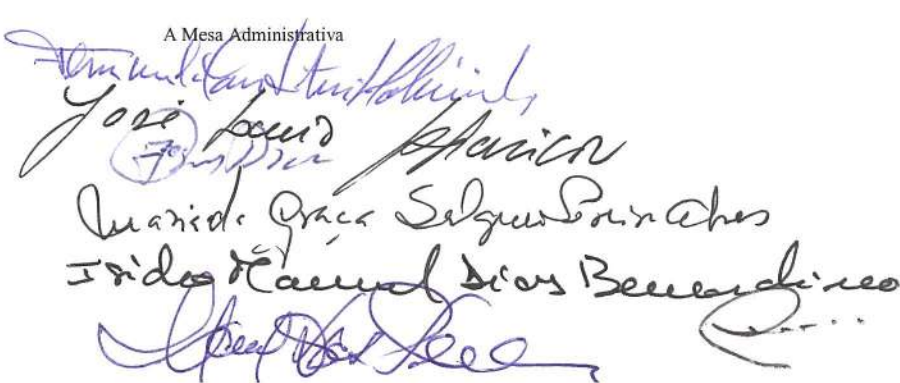


RÚBRICAS	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesse minoritários	Total do capital próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	225 937,34	0,00	32 959,68	-482 215,00	2 361 119,61	1 855 016,70	-148 786,34	3 844 031,99	0,00	3 844 031,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00		
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00		
Realização de excedentes de revalorização					164 622,33	-164 622,33			0,00		
Excedentes de revalorização									0,00		
Ajustamento por impostos diferidos									0,00		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0,00		
Aplicação do resultado líquido					-148 786,34			148 786,34	0,00		
Outras alterações					10 757,35		139 619,03		150 376,38		
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	26 593,34	-164 622,33	139 619,03	148 786,34	150 376,38		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-66 002,40	-66 002,40		-66 002,40
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3							82 783,94	84 373,98		84 373,98
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									0,00		
Subsídios, doações e legados									0,00		
Distribuições									0,00		
Outras operações									0,00		
Sub-total	5										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	1 + 2 + 3 + 5	225 937,34	0,00	32 959,68	-455 621,66	2 196 497,28	1 994 635,73	-66 002,40	3 928 405,97	0,00	3 928 405,97

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "G", "L", and "S"]

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

10 de março de 2026

Índice

Identificação da Entidade	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3 Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1 Bases de Apresentação	3
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4 Ativos fixos tangíveis.....	14
5 Ativos intangíveis	16
6 Locações.....	17
7 Custos de empréstimos obtidos	17
8 Inventários	17
9 Rédito.....	18
10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas	18
11 Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	18
12 Imposto sobre o Rendimento	19
13 Benefícios dos empregados	19
14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
15 Outras divulgações.....	19
15.1 Investimentos Financeiros	19
15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20
15.3 Clientes e Utentes	20
15.4 Outros ativos correntes	20
15.5 Diferimentos	21
15.6 Caixa e Depósitos Bancários	21
15.7 Fundos Patrimoniais	21
15.8 Fornecedores	21
15.9 Estado e Outros Entes Públicos	22
15.10 Outros Passivos Financeiros.....	22
15.11 Trabalhos para a própria entidade	22
15.12 Subsídios, doações e legados à exploração	22
15.13 Fornecimentos e serviços externos	23
15.14 Outros rendimentos.....	23
15.15 Outros gastos	23
15.16 Resultados Financeiros	23
15.17 Acontecimentos após data de Balanço.....	24

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, com sede em Largo do Convento, concelho e freguesia de Sardoal. Tem como atividade as respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), desenvolvendo ainda as atividades de fornecimento de refeições e gestão do seu património. Atua ainda como entidade mediadora no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC).

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, que foi objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utilizadores, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições na data do balanço.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 a 6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

No ano de 2018, ocorreram revalorizações de terrenos e recursos naturais, bem como de edifícios e outras construções, sendo que os mesmos estão reconhecidos pelo método da revalorização.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento biológico	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Ativos biológicos

Os ativos biológicos encontram-se mensurados ao seu justo valor deduzidos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

3.2.5 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de

produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Santa

Casa da Misericórdia de Sardoal (IPSS) está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.13 Trabalhos para a própria entidade

São os trabalhos que a entidade realiza a si mesma, utilizando recursos próprios ou adquiridos para o efeito. O valor da respetiva contabilização é o custo de produção desses trabalhos.

4 Ativos fixos tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847 930,00					847 930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847 930,00

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847 930,00					847 930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847 930,00

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2024					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	298 654,42		61 120,00			237 534,42
Edifícios e outras construções	3 317 018,92	55 497,24	82 062,75			3 290 453,41
Equipamento básico	376 376,98	17 280,84				393 657,82
Equipamento de transporte	133 635,72					133 635,72
Equipamento administrativo	80 539,11	1 609,29				82 148,40
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	80 998,47					80 998,47
Total	4 287 223,62	74 387,37	143 182,75	0,00	0,00	4 218 428,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	636 979,51	102 468,98	6 154,98			733 293,51
Equipamento básico	343 182,09	11 685,36				354 867,45
Equipamento de transporte	106 121,86	9 171,28				115 293,14
Equipamento administrativo	80 279,27	653,60				80 932,87
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	41 375,11	1 788,11				43 163,22
Total	1 207 937,84	125 767,33	6 154,98	0,00	0,00	1 327 550,19

	2025					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	237 534,42	211,92				237 746,34
Edifícios e outras construções	3 290 453,41			383 795,34		3 674 248,75
Equipamento básico	393 657,82	8 725,58				402 383,40
Equipamento de transporte	133 635,72					133 635,72
Equipamento administrativo	82 148,40	348,11				82 496,51
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	80 998,47	5 767,48				86 765,95
Total	4 218 428,24	15 053,09	0,00	383 795,34	0,00	4 617 276,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	733 293,51	110 144,89				843 438,40
Equipamento básico	354 867,45	7 146,24				362 013,69
Equipamento de transporte	115 293,14	9 171,28				124 464,42
Equipamento administrativo	80 932,87	319,16				81 252,03
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	43 163,22	2 748,97				45 912,19
Total	1 327 550,19	129 530,54	0,00	0,00	0,00	1 457 080,73

Ativos Fixos Tangíveis em Curso

A quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e 2025, mostrando as adições, os abates, as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis em curso	370 310,65	321 371,22		55 497,24		636 184,63
Total	370 310,65	321 371,22	0,00	55 497,24	0,00	636 184,63

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis em curso	636 184,63	45 305,25		383 795,34		297 694,54
Total	363 184,63	45 305,25	0,00	383 795,34	0,00	297 694,54

5 Ativos intangíveisAtivos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9 860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9 860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9 860,45					9 860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Locações

A entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso a locação financeira:

Descrição	2025			2024		
	Custo de aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Custo de aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento de transporte	61 732,97	61 732,97	0,00	61 732,97	61 732,97	0,00
Total	61 732,97	61 732,97	0,00	61 732,97	61 732,97	0,00

7 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	70 572,62	105 448,73	176 021,35	52 528,68	52 528,92	105 057,60
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cartão de Crédito	38 568,69	0,00	38 568,69	35 562,64	0,00	35 562,64
Total	109 141,31	105 448,73	214 590,04	88 091,32	52 528,92	140 620,24

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 261,18	175 613,49	49 119,20	6 180,79	189 616,29	53 261,10	6 254,38
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos de produção	833,33	0,00	1 446,66	2 279,99	0,00	1 293,34	3 573,33
Total	6 094,51	175 613,49	50 565,86	8 460,78	189 616,29	54 554,44	9 827,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				125 574,68			136 200,50
Variações nos inventários da produção				1 446,66			1 293,34

9 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	732 889,73	616 966,20
Quotas e joias	3 332,00	3 377,00
Comparticipações – Acordos de Cooperação	692 374,40	499 955,50
Total	1 428 596,13	1 120 298,70

10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios de entidades públicas”:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
IEFP	13 769,81	5 630,24
IFAP – Exploração Agrícola	1 392,74	1 264,08
Autarquias	400,00	15 000,00
Total	15 562,55	21 894,32

11 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

12 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável devido à isenção definitiva da entidade.

13 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de "55" e em 31/12/2024 foi de "55".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	893 362,42	717 690,34
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	183 913,88	147 362,05
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 122,72	8 475,88
Outros Gastos com o Pessoal	2 311,95	2 793,58
Total	1 089 710,97	876 321,85

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	6 733,77	6 733,77
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	6 733,77	6 733,77
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	800,00	800,00
Outros investimentos financeiros	17 930,27	17 930,27
Perdas por Imparidade Acumuladas	-6 733,77	-6 733,77
Total	18 730,27	18 730,27

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	4 734,00	4 463,00
Perdas por imparidade	-3 000,00	-2 626,00
Total	1 734,00	1 837,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Imparidade em Associados/Irmãos	531,00	845,00
Reversão de perdas por imparidade	-157,00	0,00
Total	374,00	845,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	17 895,03	22 617,41
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	82 951,07	90 578,35
Perdas por imparidade acumuladas	-82 951,07	-90 578,35
Total	17 895,03	22 617,41

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade” de utentes:

Descrição	2025	2024
Clientes	0,00	0,00
Utentes	-10 017,01	-12,60
Reversão de perdas por imparidade	16 580,04	1 039,59
Total	6 563,03	1 026,99

15.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	15 158,78	3 831,74
Outros Devedores	2 390,47	19 949,00
Total	17 549,25	23 780,74

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 446,34	2 460,24
Custos diferidos	7 188,75	7 531,47
Material de escritório	669,03	711,96
Serviços especializados	1 494,23	2 015,56
Outros fluidos	0,00	2 179,34
Aluguer de equipamento	190,08	0,00
Total	12 988,43	14 898,57
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	18 925,15	20 613,89
Subsídios ao emprego	2 133,52	11 786,31
Outras receitas	0,00	0,00
Total	21 058,67	32 400,20

15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	475,38	237,56
Depósitos à ordem	27 150,60	45 049,66
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	27 625,98	45 284,22

15.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225 937,34	0,00	0,00	225 937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32 959,68	0,00	0,00	32 959,68
Resultados transitados	-455 621,66	44 228,82	-69 260,16	-480 653,00
Excedentes de revalorização	2 196 497,28	0,00	-41 130,16	2 155 367,12
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 994 635,73	12 576,87	-33 816,22	1 973 396,38
Total	3 994 408,37	56 805,69	-144 206,54	3 907 007,52

15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	86 093,70	85 310,39
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	86 090,45	85 310,39

15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 947,18	14 022,88
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2 947,18	14 022,88
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 535,30	3 626,25
Segurança Social	34 403,58	29 592,57
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	39 938,88	33 218,82

15.10 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos de utentes	19 568,66	17 634,30
Fornecedores de Investimentos	0,00	67 444,73
Credores por acréscimo de gastos	180 700,42	157 599,50
Outros credores	5 544,85	61 993,40
Total	205 813,93	304 671,93

15.11 Trabalhos para a própria entidade

A entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes trabalhos para a própria entidade:

Descrição	2025	2024
Trabalhos para a própria entidade	568,01	2 557,37
Total	568,01	2 557,37

15.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	14 169,81	20 630,24
Subsídios de outras entidades	1 392,74	1 264,08
Doações e heranças	26 033,55	15 481,43
Legados	0,00	0,00
Total	41 596,10	37 375,75

Os "Subsídios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

15.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	78 639,97	68 635,56
Materiais	4 129,81	4 557,09
Energia e fluidos	84 168,53	77 153,78
Deslocações, estadas e transportes	68,28	50,34
Serviços diversos	103 144,27	90 194,69
Total	270 150,86	240 591,46

15.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	6 289,10	3 921,82
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 297,35	1 147,04
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	58 232,95
Rendimentos em investimentos não financeiros	60 220,36	59 875,76
Outros rendimentos	41 899,44	27 284,36
Total	109 706,25	150 461,93

15.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	801,06	608,03
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	1 259,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	480,84	6 872,44
Outros gastos e perdas de financiamento	12 148,03	535,87
Total	13 429,93	9 275,34

15.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5 670,42	6 920,18
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	5 670,42	6 920,18
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,38	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1,38	0,00

15.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 10 de março de 2026.

Sardoal, 10 de março de 2026

O Contabilista Certificado

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

A Mesa Administrativa

Fernando Henrique Cardoso,
Jorge Luis Borges
Fernando de Sa
Jorge de Sa
Eduardo de Sa
Eduardo de Sa